

O Poeta como Economista: A crítica de Shelley ao Papel Moeda e à Dívida Nacional Inglesa*

*Paul A. Cantor***

Resumo: O autor mostra que, apesar de Shelley ser tido como “esquerdista”, o poeta não é inimigo do capitalismo, mas do feudalismo e do mercantilismo. Shelley defendia a eliminação da intervenção do governo na economia, e a implementação do livre mercado para aumentar o bem-estar da Inglaterra, diminuindo o fosso entre ricos e pobres. Além disso, Shelley criticava a manipulação mercantilista da moeda pelo governo e a dívida nacional inglesa, bem como, apoiava o pleno direito à propriedade e à herança. O autor conclui que Shelley foi muito mais liberal do que socialista ou proto-socialista.

Palavras-Chave: Papel-moeda, Dívida Nacional, Propriedade Privada, Inflação, Ricos e Pobres, Livre Mercado, Sistema Financeiro.

The Poet as Economist: Shelley’s Critique of Paper Money and the British National Debt

Abstract: The author shows that although Shelley is taken as a “leftist”, the poet is not an enemy of capitalism, but of feudalism and mercantilism. Shelley advocated the abolition of government intervention in economy, and the implementation of free market to increase the welfare of England, reducing the gap between rich and poor. In addition, Shelley criticized the mercantilist government’s manipulation of the currency and the British national debt, as well as he supported full rights to property and inheritance. The author concludes that Shelley was much more a liberal than a socialist or proto-socialist

Keywords: Paper Money, National Debt, Private Property, Inflation, Rich and Poor, Free Market, Financial System.

Classificação JEL: A12, B11

* Artigo publicado originalmente em inglês como: CANTOR, Paul A. The Poet as Economist: Shelley’s Critique of Paper Money and the British National Debt. *Journal of Libertarian Studies*, Vol. 13, No. 1 (Summer 1997): 21-44. Traduzido do original em inglês para o português por Beatriz Caldas.

** **Paul A. Cantor** é professor de Literatura Inglesa da University of Virginia, em Charlottesville, Virginia, nos EUA. Cursou o A.B. e o Ph.D. em Literatura Inglesa na Harvard University. Foi pesquisador do National Council on the Humanities e professor visitante de Humanidades no Davidson College, na Carolina do Norte, e de Ciência Política na Harvard University, em Massachusetts. Recebeu o Ludwig von Mises Prize for Scholarship in Austrian School Economics em 1992 e foi premiado em 1998 pela American Political Science Association como autor do melhor trabalho sobre Ciência Política e Literatura. É autor de dezenas de artigos acadêmicos sobre Literatura Inglesa, crítica literária, Ciência Política e Economia, publicados em diferentes periódicos acadêmicos, bem como dos livros *Shakespeare’s Rome: Republic and Empire* (Cornell University Press, 1976), *Creature and Creator* (Cambridge University Press, 1984), *Gilligan Unbound: Pop Culture in the Age of Globalization* (Rowman & Littlefield, 2001), *Shakespeare: Hamlet* (Cambridge University Press, 2004), *Literature and the Economics of Liberty* (Ludwig von Mises Institute, 2009) e *The Invisible Hand in Pop Culture* (The University Press of Kentucky, 2012).
E-mail: pac2j@virginia.edu

“A verdadeira diferença entre Byron e Shelley é: aqueles que os entendem e amam regozijam-se com o fato de Byron ter morrido aos trinta e seis anos, porque se tivesse vivido mais, teria se tornado um burguês reacionário; lamentam que Shelley tenha morrido aos vinte e nove anos, porque era essencialmente um revolucionário e teria sido sempre um dos defensores de vanguarda do socialismo”.

— Karl Marx

I

Será que Percy Shelley (1792-1822), o grande poeta romântico inglês, era socialista? Essa pergunta pode parecer estranha, pois, de acordo com o *Oxford English Dictionary* [Dicionário de Inglês da Oxford], a palavra “socialist” (socialista) não havia sequer sido inventada até 1833, ou seja, onze anos após a morte de Shelley. Ainda assim, apesar de Shelley não poder ter tido consciência do que normalmente atribuímos às ideias ditas socialistas, os socialistas posteriores o invocam como um de seus precursores. O próprio Karl Marx (1818-1883) admirava Shelley, e os socialistas britânicos do final do século XIX o lembravam como uma espécie de santo padroeiro do movimento¹. H. G. Wells (1866-1946), por exem-

¹ Este desenvolvimento refletiu-se na história da Shelley Society [Sociedade Shelley], fundada na Inglaterra em 1886, que foi dividida, grosso modo, entre os que defendiam o poeta por razões literárias e aqueles que o defendiam por motivos político-econômicos. A disputa centrada no status do primeiro poema de Shelley, *Queen Mab: A Philosophical Poem* [Rainha Mab: Um Poema Filosófico] de 1813, que a primeira facção acreditava que “deveria ser relacionada à fase jovem de Shelley”, enquanto os socialistas na sociedade reverenciavam “Queen Mab como a bíblia da nova ordem” (Ver: SMITH, Robert Metcalf. **The Shelley Legend**. New York: Charles Scribner’s Sons, 1945. p. 268). A disputa culminou com um discurso de A. G. Ross, no qual ele criticou os membros socialistas da sociedade, alegando que “o socialismo óbvio e cruel das ruas” estava tentando “usar o socialismo elevado e sublime dos estudos para seus próprios objetivos vis”. Falando em defesa da visão socialista de Shelley, George Bernard Shaw (1856-1950) denominou esse discurso de Ross “o mais surpreendente que ouvira” (SMITH. **The Shelley Legend**. p. 271). Mas note-se que

plô, reescreveu o drama *Prometheus Unbound* [Prometeu Libertado], publicado por Shelley em 1820, na forma de um romance de ficção científica, chamado *In the Day of the Comet* [Os Dias do Cometa], de 1906. Hoje, muitos pesquisadores de Shelley o consideram vagamente um esquerdista na política, talvez um protosocialista, quando não um franco adepto do movimento². Tanto na sua poesia quanto na sua prosa ele constantemente faz os pobres vencerem os ricos e os críticos supõem que este traço significa que ele teria defendido políticas socialistas, como por exemplo, os meca-

até mesmo Ross admite que Shelley é socialista em certo sentido. Michael Henry Scrivener, em seu, escreve que “Queen Mab tornou-se parte da cultura socialista” na Inglaterra vitoriana (SCRIVENER, Michael Henry. **Radical Shelley: The Philosophical Anarchism and Utopian Thought of Percy Bysshe Shelley**. Princeton: Princeton University Press, 1982. p. 67). Para uma discussão detalhada da reputação póstuma de Shelley entre socialistas britânicos e outros, ver: FOOT, Paul. **Red Shelley**. London: Sidgwick e Jackson, 1980. p. 227-73.

² Para uma tentativa séria de apresentar Shelley como precursor de Marx, ver: HOAGWOOD, Terence Allan. **Skepticism and Ideology: Shelley’s Political Prose and Its Philosophical Context from Bacon to Marx**. Iowa City: University of Iowa Press, 1988. esp. p. 79-138. Este trabalho é a fonte para a epígrafe de Marx no início do presente artigo (p. 83), que é em última análise foi retirada do livro *Life of Marx* [A Vida de Marx] de Franz Mehring (1846-1919). Para outras discussões de Shelley como um socialista, ver: MARX, Eleanor & AVELING, Edward. **Shelley’s Socialism**. Manchester: Leslie Praeger, [1888] 1947; CAMERON, Kenneth Neill. Shelley and Marx. *Wordsworth Circle*, 10 (1979): 234-39. Em seu já citado *Red Shelley*, Paul Foot apresenta o poeta como um esquerdista radical com muitas afinidades com Marx, mas em última análise conclui que “Shelley não era um socialista. Shelley era um amante da abolição das desigualdades” (FOOT. **Red Shelley**. p. 96). Da mesma forma, Michael Scrivener argumenta que Shelley “antecipa [...] uma série de tendências radicais, incluindo o socialismo de Marx”, mas ele também vê um forte elemento “libertário” em Shelley, que em última análise o leva a concluir que o poeta é mais bem entendido como um “anarquista filosófico” (SCRIVENER. **Radical Shelley**. p. 318). Shelley também é colocado na tradição do anarquismo filosófico na seguinte obra: DAWSON, P. M. S. **The Unacknowledged Legislator: Shelley and Politics**. Oxford: Clarendon Press, 1980.

nismos de redistribuição da riqueza. Não há dúvida de que, de acordo com os padrões da época, Shelley era um radical do ponto de vista econômico e político, mas o que significava “radicalismo” na época de Shelley? Estudar o caso de Shelley nos dá a oportunidade de avaliar se o radicalismo do início do século XIX deve ser identificado com o que nós tomamos como uma posição socialista nos dias de hoje.

Considerando que a poesia de Shelley lida com questões políticas e econômicas, é visionário e utópico oferecer imagens pesadas de um mundo escravizado no presente e imagens oníricas de um mundo liberado no futuro. A verdadeira qualidade poética da visão de Shelley torna difícil determinar com precisão a sua posição relativa a questões sociais concretas. Assim, um texto entre todos os escritos de Shelley é central para qualquer exame de suas opiniões políticas e econômicas, um tratado em prosa denominado *A Philosophical View of Reform* [Uma Visão Filosófica da Reforma], indubitavelmente a sua iniciativa mais bem sustentada e sistemática para desenvolver uma compreensão dos problemas que a Inglaterra enfrentava no início do século XIX. Ele escreveu esse longo ensaio no início de 1820, em resposta direta à agitação política na Inglaterra em 1819 que culminou com o infame massacre Peterloo, uma agitação que parecia vaticinar a eclosão de violenta revolução no cenário inglês. O ensaio chegou inacabado até nós; nunca foi publicado durante a vida de Shelley. Na verdade, seu conteúdo foi considerado tão radical que não foi publicado até 1920³. Como o próprio título indica, o ensaio contribui para o acalorado debate em curso na Inglaterra durante o século XIX a respeito da questão da reforma parlamentar, disputas que produziram a famosa série de *Reform Bills* [Leis da Reforma] que foram aos poucos ampliando o direito a voto na Inglaterra e, por-

tanto, democratizando o seu regime. Antes do início desse processo, Shelley apresentava um forte argumento sobre o motivo por que isso não só era desejável, mas também inevitável, alegando que só a reforma parlamentar poderia salvar a Inglaterra do desastre da insurreição armada e da guerra civil.

No entanto, apesar do título do ensaio de Shelley, a reforma parlamentar não é a única preocupação. Na verdade, em última instância, Shelley apresenta a reforma política como necessária para o sucesso da reforma econômica⁴. Ele argumenta que a gente simples da Inglaterra deve procurar ser representada no Parlamento de forma mais plena a fim de acabar com a opressão econômica que sofre nas mãos dos ricos e poderosos. E qual é, de acordo com Shelley, a natureza dessa opressão? Será que ele se queixa sobre o sistema emergente de fábricas e as novas condições de trabalho impostas aos trabalhadores ingleses? Será que ele acusa a poluição, a concorrência predatória, o desemprego, a mecanização desumanizadora, ou qualquer um entre outros supostos efeitos da Revolução Industrial normalmente citados, como responsáveis pela deterioração da vida da classe trabalhadora inglesa no início do século XIX? A resposta a todas essas indagações é um surpreendente “não”, ou seja, é uma surpresa caso se aceite a opinião padrão daquilo a que os românticos opunham-se na economia de seus dias.

Shelley ataca apenas um alvo em sua obra *A Philosophical View of Reform*: a dívida nacional da Grã-Bretanha. Ele imputa ao recém-criado sistema de financiamento de déficit a responsabilidade única pelas dificuldades econômicas do povo inglês. Condena especificamente a substituição da preciosa moeda metálica que prevalecera no país pelo papel moeda, uma mudança que causou uma inflação que empobreceu seus cidadãos. Em suma, na sua única tentativa detalhada de tratar de problemas econômicos que de-

³ Cito aqui a seguinte edição: SHELLEY, Percy. *A Philosophical View of Reform*. In: *The Complete Works of Percy Bysshe Shelley – Volume 7*. Ed. Roger Ingpen e Walter E. Peck. London: Ernest Benn, 1930. Para a história do texto do trabalho e seus problemas, no mesmo volume, ver: p. 332-33.

⁴ Sobre esta questão, ver: McNIECE, Gerald. *Shelley and the Revolutionary Idea*. Cambridge: Harvard University Press, 1969. p. 84.

safiavam a Inglaterra, Shelley não requer, à maneira socialista, a intervenção crescente do governo no mercado; pelo contrário, ele encontra a raiz dos problemas da Inglaterra precisamente em uma forma de intervenção do governo, ou seja, na manipulação da moeda em particular, e nas políticas financeiras em geral calculadas para beneficiar o governo e seus comparsas à custa da população como um todo. Pelo menos em *A Philosophical View of Reform*, o radicalismo de Shelley soa com a voz de um defensor do livre mercado e não a de um socialista.

II

O argumento de Shelley parte da premissa de que uma moeda sólida é a base de uma economia sólida. O ouro e a prata têm tradicionalmente suprido essa base, e a única responsabilidade do Governo nesta área é assegurar os pesos e medidas de uma moeda metálica:

Desde os primeiros registros da civilização, os metais preciosos vêm sendo empregados como sinais de trabalho e como títulos de uma distribuição desigual de produção. Ao [Governo de] um país é necessariamente delegada a tarefa de afixar um selo a certas peças desses metais, através do qual é marcada sua legitimidade; nenhuma outra peça é considerada moeda corrente, nem pode ser um curso legal. A razão disso é que nenhuma moeda de liga metálica deve circular e, assim, desvalorizar a legítima, nem o aumento do preço dos artigos que são o resultado do trabalho deve vir a prejudicar os portadores das vantagens que sejam legítimas e legalmente pertinentes⁵.

Desde o início, Shelley vê a inflação como o problema econômico principal. Aumentar a quantidade de moedas em circulação através da desvalorização do valor da moeda aumenta o nível geral de preços, privando, assim, as pessoas do va-

lor original de riqueza a que seu dinheiro lhes conferia.

Assim, para Shelley, quando um governo participa de manipulação inflacionária da sua própria moeda, esquiva-se de sua principal responsabilidade financeira perante seu povo:

Se o próprio governo abusa da confiança depositada nele ao desvalorizar a moeda a fim de auferir vantagens a partir da multiplicação ilimitada das marcas, conferindo ao portador o direito de comandar o trabalho e a propriedade de outros, as gradações ao longo das quais afunda, à medida que o trabalho se eleva em relação ao nível de seus valores comparativos, gera confusão pública e miséria⁶.

Como Shelley aponta, a desvalorização da moeda era um ardil bem conhecido de governos na Antiguidade, e, desde então, uma estratégia cada vez mais difícil de aplicar-se no mundo moderno. No fim do século XVII e início do século XVIII, o governo britânico gradualmente desenvolveu o moderno sistema de finanças públicas, que Shelley considera um sistema sólido e capcioso para roubar o povo inglês:

Na época a que se refere, o dispositivo de crédito público foi aplicado de forma sistemática pela primeira vez como instrumento de governo. Os ricos, que não conseguiram mais governar pela força, inventaram este esquema através do qual podem governar por meio de falcatruas. Os governos mais déspotas da Antiguidade desconheciam essa invenção, que é um método muito mais abreviado de extorquir das pessoas do que guardas pretorianos e os tribunais de exceção [...] jamais teriam conseguido espoliar. Nem a monarquia persa, nem o Império Romano, nos quais a vontade de uma pessoa era reconhecida como direito irrecorrível, jamais extorquiou uma vigésima parte despojada agora da propriedade e do trabalho dos habitantes da Grã-Bretanha⁷.

Shelley vê que o coração da nova política financeira do governo britânico foi a moneti-

⁵ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 25-26.

⁶ Idem. *Ibidem.*, p. 26.

⁷ Idem. *Ibidem.*, p. 25.

zação da dívida⁸. Assim que as reivindicações em papel contra ouro e prata em depósito começaram a circular e serem aceitas ao invés de metais preciosos básicos, tornou-se possível substituir uma moeda metálica por papel-moeda. Para Shelley, esse desenvolvimento começou quando o governo britânico conce-

⁸ William Cobbett (1763-1835), uma das principais fontes de informações econômicas de Shelley, faz um excelente trabalho ao explicar esse fenômeno, ou seja, como as cédulas entram em circulação. Ver: COBBETT, William. **Paper Against Gold**. London: Cobbett, 1817. p. 84-85. Para a influência de Cobbett sobre o ensaio de Shelley, ver: CAMERON, Kenneth Neill. Shelley, Cobbett, and the National Debt. **Journal of English and Germanic Philology**, 42 (1943): 197-209; BRANTLINGER, Patrick. **Fictions of State: Culture and Credit in Britain, 1694-1994**. Ithaca: Cornell University Press, 1996. p. 114-16, McNIECE, **Shelley and the Revolutionary Idea**. p. 84-87. Shelley remete seus leitores a *Paper Against Gold* de Cobbett em uma passagem entre colchetes no manuscrito de *A Philosophical View of Reform*, que os editores Roger Ingpen e Walter E. Peck imprimem em suas notas (SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 338). Dawson questiona o conhecimento de economia de Shelley:

Faltava-lhe, porém, o equipamento conceitual para analisar a estrutura econômica de sua sociedade, e sua falta de gosto pelo estudo de economia política condenou suas declarações sobre o assunto a permanecerem no nível de moralismo imaturo (DAWSON. **Unacknowledged Legislator**. p. 47-48). Dawson culpa Shelley pela ignorância de economia especificamente por referir-se a Cobbett:

O escritor de quem Shelley absorveu mais profundamente para elaborar seus pontos de vista econômicos foi, infelizmente, William Cobbett. A análise sem sentido da estrutura econômica da sociedade inglesa feita por Cobbett foi claramente muito mais simpática para Shelley do que as complexidades dos economistas políticos. (Idem. *Ibidem.*, p. 49)

Dawson obviamente prefere a economia do “sem sentido” à economia do “fora o sem sentido”. Os “economistas políticos” a quem se refere eram os apologistas do Banco da Inglaterra, muitos deles Diretores do Banco. Na verdade, Cobbett tinha ninguém menos que o famoso economista político David Ricardo (1772-1823) a favor de seu argumento, e os eventos logo justificaram sua compreensão do sistema bancário britânico. Embora Cobbett expressasse suas opiniões com verve jornalística, essas eram, de fato, bastante convincentes e cheias de perspicácia econômica e *Paper Against Gold* pode ser lido com proveito até hoje.

deu o alvará para o Bank of England [Banco da Inglaterra] em 1694⁹. Essa instituição foi criada com o propósito fundamental de financiamento e gestão da dívida do governo, que crescia exponencialmente ao longo do século XVIII, principalmente como resultado de guerras no continente e na América. As Letras de câmbio que portavam o selo oficial do Banco da Inglaterra encorajavam as pessoas a aceitar papel em vez de ouro e prata como dinheiro. Shelley entendeu o enorme potencial para o abuso inerente à nova economia de crédito estabelecida e promovida pelo governo britânico:

O esquema moderno de crédito público é um artifício muito mais sutil e mais complicado de desgoverno. Todas as grandes transações de bens pessoais na Inglaterra são gerenciadas por meio de signos e isso se dá através da autoridade do possuidor expressa por escrito, representando, assim, de forma sucinta, seu direito a certa quantidade de ouro, que representa o seu direito a certo volume de trabalho. Um homem pode escrever em um pedaço de papel o que lhe agrada; pode dizer que vale mais que mil libras quando não vale cem. Se conseguir fazer os outros acreditarem, tem crédito para o montante ao qual seu nome está ligado. E, enquanto durar esse crédito, pode desfrutar de todas as vantagens que adviriam da posse real do valor que se acredita que possui. Ele pode emprestar duzentas libras a um homem e trezentas para outro, e suas notas, entre aqueles que acreditam que ele possui essa soma, passam por dinheiro¹⁰.

Este novo sistema financeiro tornou a inflação da moeda muito mais fácil para o governo:

Ao substituir uma moeda em ouro por uma moeda em papel, o governo em exercício na

⁹ Para leitura de resumos breves, mas bons, sobre o desenvolvimento do sistema bancário e financeiro na Inglaterra do século XVIII, ver: HALÉVY, Élie. **A History of the English People in 1815**. London: Routledge and Kegan Paul, [1924] 1987. p. 296-323; ASHTON, T. S. **An Economic History of England: The Eighteenth Century**. London: Methuen, 1955. p. 167-200.

¹⁰ SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 26.

Inglaterra não precisava desvalorizar a moeda no país através da refundição das ligas metálicas; simplesmente fabricavam pedaços de papel com a promessa de pagar certa quantia¹¹.

Em suma, Shelley entendeu o grande truque mágico que o governo britânico tinha conseguido sacar da cartola no decorrer do século XVIII. Usou o Banco da Inglaterra e as instituições do mercado financeiro que cresceram junto com ele para financiar suas dívidas crescentes, e depois monetizou a dívida, realizando assim o aparente milagre de transformar a dívida em riqueza. Todo o esquema dependia da inquestionável capacidade do governo de honrar os pagamentos de juros sobre seus empréstimos, inquestionável por causa de sua autoridade praticamente ilimitada para tributar seu povo. Durante todo o ensaio, Shelley queixa-se amargamente dos impostos exorbitantes infligidos ao povo britânico para pagar os juros da dívida nacional sempre crescente, pagamentos de juros que tinham atingido a cifra de £45.000.000 (quarenta e cinco milhões de libras) por ano, astronômica para a época¹². Shelley já está clamando por uma revolta contra impostos:

O coletor de impostos deveria ser obrigado em todas as instâncias possíveis a cobrar, enquanto que o direito de estabelecer os impostos [...] é formalmente contestado por uma multidão avassaladora de réus perante os tribunais de direito consuetudinário. Confundir a sutileza de advogados com a sutileza da lei¹³.

No entanto, apesar de apreensivo com a tributação aberta sobre o povo inglês, Shelley fica ainda mais perturbado com o imposto oculto que o povo é obrigado a pagar de acordo com as regras do novo sistema financeiro, o que hoje denominaríamos imposto inflacio-

nário¹⁴. Tendo como desafio o novo sistema de finanças públicas, Shelley é um monetarista ousado; não tem dúvidas de que o aumento do nível geral de preços na Inglaterra deve ser vinculado direta e unicamente ao aumento na quantidade de dinheiro em circulação, resultado da monetização da vultosa e crescente dívida nacional¹⁵.

Shelley sabia o que acontece em uma economia de papel-moeda, quando mais dinheiro passa a corresponder a um número menor de bens, gerando nos salários aumentos de valor nominal sem sentido já que os preços aumentam com a mesma velocidade ou ainda mais rapidamente:

Claro que na mesma proporção que circulam as notas desse tipo, além dos bens reais ou ouro e prata de posse do sacador, eles subtraem daqueles que têm ouro e prata e bens as vantagens legalmente pertinentes à sua posse, e subtraem do trabalhador e do artesão a vantagem relacionada ao aumento do valor nominal do trabalho¹⁶.

Para Shelley, a gota d'água na política financeira britânica era a suspensão do gover-

¹⁴ Murray N. Rothbard (1926-1995) ressalta que um dos contemporâneos de Shelley, Lord Peter King (1776-1833), o sétimo Barão King, referia-se à depreciação da moeda como “*um imposto indireto, [...] imposto à comunidade*”. Ver: ROTHBARD, Murray N. **Classical Economics – An Austrian Perspective on the History of Economic Thought: Volume 2**. Cheltenham: Edward Elgar, 1995. p. 182.

¹⁵ Em relação a esta questão, Shelley baseou-se fortemente em Cobbett, ver: COBBETT. **Paper Against Gold**. p. 324-25, 331-32. Ver, especialmente a seguinte passagem:

Sim: falamos de *carestia*; falamos de *preços altos*; falamos de coisas cujo valor é crescente; mas, o fato é que a mudança foi no *dinheiro* e não nos artigos comprados e vendidos; os artigos permanecem os mesmos em valor, mas o dinheiro, devido a sua abundância, *decai em valor*. (Idem. *Ibidem.*, p. 331. Grifos no original).

Para apoio histórico a essa afirmação, ver: HALÉVY. **A History of the English People in 1815**. p. 306. Ver, também ASHTON, T. S. **The Industrial Revolution, 1760-1830**. London: Oxford University Press, 1948. p. 103.

¹⁶ SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 26.

¹¹ Idem. *Ibidem.*, p. 27.

¹² Idem. *Ibidem.*, p. 40.

¹³ Idem. *Ibidem.*, p. 51.

no da conversão das notas do Banco da Inglaterra em ouro e prata, instituindo, assim, uma moeda fiduciária pura¹⁷:

Os portadores desses papéis recebiam pagamento através de algum tipo de representação de propriedade universalmente cambiável. Eles [o governo], em seguida, declararam que as pessoas que tinham responsabilidade de efetuar o pagamento não poderiam ser legalmente obrigadas a fazê-lo. Posteriormente declararam que esses pedaços de papel eram a moeda legal do país¹⁸.

Desvincular a moeda britânica de qualquer ligação com metais preciosos aumentou ainda mais a capacidade do governo para engendrar a inflação¹⁹. E, ao contrário de alguns economistas, Shelley não comete o erro de ver a inflação como algo que tenha um impacto neutro sobre a economia, como se o aumento dos preços afetasse a todos de forma igual. Em vez disso, ele vê a inflação “*beneficiando os especuladores nessa movimentação em detrimento da comunidade*”²⁰. Embora este breve comentário não reflita uma compreensão completa de como a inflação redistribui riqueza, Shelley tem uma noção da importância do fato de que a moeda inflacionada entra necessariamente na economia em um ponto e não em outro; assim, aqueles que primeiro têm acesso ao di-

nheiro colhem os benefícios ao gastá-lo antes que tenha havido tempo para aumentar os preços²¹.

Por isso, Shelley vê a inflação como um desastre absoluto para a maioria do povo na Inglaterra, que vê o poder de compra de seu dinheiro corroído, talvez até pela metade. Como Shelley escreve sarcasticamente:

Um dos efeitos vangloriados desse sistema é o aumento da produção nacional. Ou seja, aumentar o trabalho dos pobres e os luxos dos ricos que eles fornecem. Fazer um operário trabalhar dezesseis horas quando só trabalhava oito. Transformar as crianças em máquinas sem vida e sem sangue em uma idade em que normalmente estariam brincando na frente da porta da casa de seus pais²².

Aqui Shelley finalmente começa a falar sobre os horrores de condições de trabalho na Inglaterra do início do século XIX, mas ao contrário da opinião convencional sobre as atitudes econômicas dos Românticos, ele atribui os problemas não à Revolução Industrial, mas às políticas financeiras do governo britânico e, especificamente, à suspensão da conversão em ouro e prata. É particularmente digno de nota que Shelley não culpa a ganância dos industriais ingleses pelo trabalho infantil, mas sim as políticas monetárias fraudulentas do governo. A questão é suficientemente importante para Shelley a ponto de fazê-lo repetir:

¹⁷ Para discussões sobre este importante episódio na história da economia britânica, que levou a chamada Controvérsia Bulionista, ver: HAYEK, F. A. **The Trend of Economic Thinking: Essays on Political Economists and Economic History**. In: **Collected Works of F. A. Hayek: Volume 3**. Ed. W. W. Bartley III e Stephen Kresge. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 177-215; CHOWN, John F. **A History of Money: From AD 800**. London: Routledge, 1994. p. 232-45; ROTHBARD. **Classical Economics**. p. 157-224. Para uma tentativa de relacionar este episódio econômico a desenvolvimentos literários, ver: BARRY, Kevin. Paper Money and English Romanticism: Literary Side-effects of the Last Invasion of Britain. **The Times Literary Supplement** (21 February 1997): 13-16.

¹⁸ SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 27.

¹⁹ Sobre esta questão, ver: COBBETT. **Paper Against Gold**. p. 5-8.

²⁰ SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 27.

²¹ Shelley pode ter tido conhecimento desta questão através da leitura do ensaio de David Hume (1711-1776) “Of Money” [Do Dinheiro]. Ver HUME, David. **Essays: Moral, Political and Literary**. London: Oxford University Press, [1741-1742] 1963. p. 291-92. Sobre o conhecimento de Shelley da obra *Essays* [Ensaaios] de Hume, ver: CAMERON. Shelley, Cobbett, and the National Debt. p. 200. Para mais informações sobre o entendimento nos dias de Shelley a respeito dos efeitos desiguais de inflação, ver: Rothbard. **Classical Economics**. p. 182, 210. [N. do T.: Em língua portuguesa o ensaio de David Hume está disponível na seguinte edição brasileira: HUME, David. Do Dinheiro. In: **Ensaios: Morais, Políticos e Literários**. Ed., pref. e notas Eugene F. Miller; Intr. Renato Lessa; Trad. Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. p. 435-51].

²² SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 27.

Desde a instituição deste [sistema] [...], eles muitas vezes trabalham não dez, mas vinte horas por dia. Não que todos os pobres tenham rigidamente trabalhado vinte horas, mas sim, que o valor do trabalho de vinte horas é equivalente agora, em alimentos e em roupas, ao valor de dez horas do que era antes. E porque, devido à natureza do corpo humano, não se pode exigir uma jornada de vinte horas de quem antes cumpria dez, os idosos e os doentes são forçados a trabalhar ou a morrer de fome. As crianças que eram dispensadas do trabalho são mobilizadas para o trabalho, e a promessa robusta da próxima geração é destruída pelo esforço prematuro. Para uma jornada de quatorze horas, que eles de fato cumprem, recebem – não importa quanto seja em valor nominal – o preço de uma jornada de sete horas. Comem menos pão, usam roupas de pior qualidade, são mais ignorantes, imorais, miseráveis e desesperados²³.

Não estou afirmando que Shelley tinha razão ao lançar a culpa de todos os problemas econômicos da Inglaterra do início do século XIX sobre as políticas monetárias do governo²⁴. Parece ser quase uma ideia fixa a

²³ Idem. *Ibidem.*, p. 30. Surpreendentemente, Paul Foot cita esta passagem como uma ilustração da teoria marxista da exploração dos salários, como se Shelley estivesse falando sobre os trabalhadores que cumprem quatorze horas de trabalho, mas só são pagos por sete, e não de trabalhadores que acham que a depreciação da moeda significa que o salário de quatorze horas de trabalho tem agora poder de compra equivalente ao que costumava ter o salário de sete horas (FOOT. **Red Shelley**. p. 91). Foot tenta atribuir aos exploradores capitalistas os efeitos maléficos que Shelley atribui à inflação promovida pelo governo.

²⁴ Michael Scrivener argumenta que a fixação de Shelley sobre a dívida nacional não passava de um exemplo de “*duplicidade retórica*”, adotado a partir de Cobbett (SCRIVENER. **Radical Shelley**. p. 136). Scrivener prefere culpar a “*revolução industrial*” pela miséria que Shelley discute (Idem. *Ibidem.*, p. 215). Embora Shelley fosse perfeitamente capaz de disfarçar seus pontos de vista, é difícil ver como a adesão à “*tática de Cobbett de concentrar a ira do público sobre os detentores de fundos*” (Idem. *Ibidem.*, p. 136), embora a julgasse errada, teria ajudado a causa de Shelley. Pelo menos, atacar o sistema de financiamento público lhe causou

percepção dele de que o financiamento do déficit financeiro era a única causa da pobreza da classe trabalhadora. Mesmo assim, nunca se devem subestimar os efeitos corrosivos da inflação em qualquer economia, e as estatísticas sustentam as afirmações de Shelley. Os preços na Inglaterra, de fato, praticamente duplicaram entre 1790 e 1815²⁵. Mas não estou me valendo de Shelley para levantar uma questão sobre a história econômica inglesa; estou tentando levantar uma questão sobre atitudes em relação à história econômica inglesa. Quer Shelley tenha ou não identificado corretamente a causa da miséria econômica de sua época, podemos aprender algo sobre a natureza de seu radicalismo, observando o que ele escolheu para se concentrar. E aqui, Shelley não poderia ser mais explícito ao afirmar sua conclusão:

A causa dessa miséria peculiar é a distribuição desigual que, sob a forma de dívida nacional, sub-repticiamente instalou-se nos produtos do seu trabalho e nos produtos do trabalho de seus antepassados²⁶.

Shelley é tão obcecado pelo problema da dívida nacional que ele mesmo afirma que se tivesse sido resolvido, a questão da reforma do Parlamento poderia não ter emergido:

Em paz, o povo teria se contentado com uma economia rígida e redução austera de gastos, e algum plano direto e inteligível para a criação de equilíbrio entre os capitalistas e os proprietários de terras, que é ilusoriamente denominado pagamento da dívida nacional: se este sistema tivesse sido adotado, eles provavelmente teriam se refreado

problemas: “*Aparentemente suas doutrinas alarmavam seus amigos na Itália, com dinheiro investido nos fundos*” (McNIECE. **Shelley and the Revolutionary Idea**. p. 8).

²⁵ Ver os dados em: SILBERLING, Norman J. British Prices and Business Cycles, 1779-1850. *The Review of Economic Statistics* 5 (1923): 223-47. Ver, especialmente os gráficos nas páginas 230, 234 e 235. Rothbard ressalta que, durante o mesmo período, a oferta de dinheiro na Inglaterra praticamente também dobrou (ROTHBARD. **Classical Economics**. p. 160).

²⁶ SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 31.

de exigir a Reforma Parlamentar, a única garantia segura de que teria sido realizada²⁷.

III

Assim como Shelley enfoca a dívida nacional como a origem dos problemas econômicos da Inglaterra, ele se concentra também na questão ao propor soluções para os problemas. Os leitores que esperam que Shelley sugira medidas econômicas características do radicalismo moderno ficarão muito desapontados com *A Philosophical View of Reform*. Confrontado pela pobreza da classe operária, ele não conclama a nacionalização da indústria ou a desapropriação de capital²⁸. Ele não aventa a possibilidade de usar o sistema tributário para redistribuir riqueza²⁹. Ele nem

sequer propõe leis para regulamentar as condições de trabalho nas fábricas, para limitar horas, ou proibir o trabalho infantil. Longe de pedir a acentuada intervenção do governo na economia, Shelley quer que o governo saia do mercado tanto quanto possível. Eis aqui um resumo geral do “programa econômico” de Shelley:

Suspenderíamos a dívida nacional.

Dissolveríamos o exército permanente.

Nós, com todo respeito aos interesses vigentes dos titulares, cancelaríamos as mamatas.

Nós, com todo respeito possível aos interesses vigentes dos titulares, aboliríamos os dízimos, e faríamos todas as religiões, todas as formas de opiniões, respeitando a origem e o governo do Universo, iguais aos olhos da lei.

Faríamos a justiça ser barata, segura e rápida, e estenderíamos a instituição de júri para todas as ocasiões possíveis de Direito³⁰.

Este não é um programa pró-socialista, mas sim procapitalista; como um economista adepto do *laissez-faire*, Shelley está primordialmente preocupado com a retirada do governo do caminho da atividade econômica legítima e espontânea. Ele quer simplificar o sistema judicial, e eliminar quaisquer vestígios de privilégio feudal na Inglaterra, incluindo sinecuras do governo e benefícios das igrejas estabelecidas. Em geral, ele dirige sua hostilidade não para os empresários, que criam riqueza através de seus próprios esforços, mas para os aristocratas, cuja riqueza se baseia apenas em privilégios concedidos a eles pelo governo. Na verdade, Shelley vê o capitalismo como um verdadeiro avanço em relação ao sistema que o precedeu, o feudalismo, e sua encarnação final no mercantilismo:

Uma vez eliminados os costumes e instituições feudais, abolidos os monopólios e patentes, asseguradas a propriedade e a liberdade pessoal, a nação avançou rapidamente para a conquista dos elementos de prosperidade nacional. A população

²⁷ Idem. *Ibidem.*, p. 45.

²⁸ Shelley de fato considera a possibilidade de um imposto único sobre o capital para liquidar a dívida nacional. O fato de David Ricardo defender a mesma política indica que esta posição não é particularmente “socialista”. Para a relação entre Shelley e Ricardo sobre esta questão, ver: CAMERON. Shelley, Cobbett, and the National Debt. p. 207-09. Ver, também: McNIECE. *Shelley and the Revolutionary Idea*. p. 88-89.

²⁹ Os críticos literários do século XX tiveram dificuldade para compreender o “radicalismo” do ensaio de Shelley (1908-1994), uma vez que continuam atribuindo a Shelley suas próprias opiniões econômicas. Kenneth Cameron sente a necessidade de complementar a análise de Shelley sobre a miséria econômica de sua época:

Por outra razão importante para o aumento das penúrias impostas aos pobres nesses anos, razão essa que Shelley, sem dúvida, tinha em mente, devemos nos voltar para a história financeira da época. Trata-se da suspensão do imposto de renda em 1816. (CAMERON. Shelley, Cobbett, and the National Debt. p. 205).

Escrevendo na esteira do *New Deal*, Cameron não conseguia entender como qualquer pessoa inteligente poderia deixar de ser a favor do imposto de renda progressivo, mas na verdade, Shelley não se queixa nem uma vez sobre a suspensão do imposto de renda; para saber quais as razões, ver a obra de Élie Halévy (1870-1937), que conclui: “o imposto de renda enfrentava antipatia universal” (HALÉVY. *History of the English People*. p. 326-28).

³⁰ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 34.

aumentou, um maior número de trabalhadores foi empregado nas áreas de agricultura e comércio, surgiram cidades onde havia aldeias³¹.

Como Adam Smith (1723-1776), Shelley não se opõe à atividade empresarial em si, mas somente à aliança entre empresas e governo que estava no centro do sistema mercantilista. Quando um governo concede privilégios a alguns empresários à custa dos outros, quando, por exemplo, confere um monopólio a uma empresa, merece então o desprezo de Shelley.

Como Shelley relaciona a questão da dívida nacional à questão do monopólio? De muitas maneiras, o Banco da Inglaterra foi o maior de todos os monopólios estatais, tendo recebido aos poucos cada vez mais privilégios exclusivos que permitiram que funcionasse de acordo com os propósitos da coroa britânica³². A forma como o Banco da Inglaterra foi criado garantiu que a atividade bancária e financeira no país não se desenvolvesse seguindo o modelo do *laissez-faire*; ao invés disso, o estado manteve uma presença sólida, forte influência, e até mesmo o controle sobre todos os mercados financeiros. Shelley tem sua percepção mais aguda em *A Philosophical View of Reform* quando expõe sua compreensão da sinistra aliança entre os interesses comerciais e governamentais entrelaçados no desenvolvimento das finanças públicas na Inglaterra do século XVIII. Na verdade, a parte mais brilhante do ensaio é uma análise sociológica do novo alinhamento de forças políticas e econômicas no regime britânico do século XVIII³³.

³¹ Idem. *Ibidem.*, p. 22.

³² Sobre o status de monopólio do Banco da Inglaterra, ver: HALÉVY. *History of the English People*. p. 302; ASHTON. *Economic History*. p. 178-79, 183; CHOWN. *History of Money*. p. 234; ROTHBARD. *Classical Economics*. p. 159, 183.

³³ A melhor análise que conheço sobre a natureza desse regime é Harvey C. Mansfield, Jr., que faz um excelente trabalho ao relacionar as políticas financeiras dos *Whigs* ao programa político fundamental deles. Ver: MANSFIELD, JR., Harvey C. *Party Government and the Settlement of 1688*. *American Political Science Review*, 58 (1964): 933-46.

Ao analisar as origens da dívida nacional, Shelley aponta:

Foi utilizado na posse do rei William III (1650-1702), em 1689, menos como um recurso para atender as exigências financeiras do Estado e mais como vínculo para ligar aqueles com posse de propriedade àqueles que tinham ascendido ao poder, aproveitando-se de uma chance do partido³⁴.

O governo precisava de dinheiro para financiar suas guerras contra a França e suas colônias rebeldes da América. Como Shelley escreve: “*A dívida nacional foi contraída principalmente em duas guerras liberticidas, empreendidas pelas classes privilegiadas do país*”³⁵. Era mais fácil para o governo britânico tomar o dinheiro emprestado para financiar suas guerras de que levá-lo por tributação (os governos jamais querem que seus cidadãos tenham uma ideia clara do custo de expedições militares). Mas Shelley sugere uma agenda política oculta por trás do sistema de crédito público que os britânicos desenvolveram – forjava um vínculo entre o governo e os interesses financeiros do país. Os banqueiros e outros donos de dinheiro ficavam ansiosos para emprestar ao governo por causa da segurança de tais empréstimos. Quando um banqueiro empresta aos empresários, está apostando que seus negócios vão gerar receita suficiente para cumprir os pagamentos de juros sobre os empréstimos e vão, finalmente, reembolsar o principal da dívida. Mas os governos não dependem das vicissitudes do mercado; dependem de sua capacidade de arrecadar dinheiro através de impostos para fazer seus pagamentos de juros, e, se tudo mais falhar, na era do papel-moeda podem sempre simplesmente emitir dinheiro para atender às

³⁴ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 25.

³⁵ Idem. *Ibidem.*, p. 34. Ver, também: COBBETT. *Paper Against Gold*. p. 424. Para um relato histórico geral da ligação entre a política de guerra britânica e o desenvolvimento do financiamento do déficit, ver: BREWER, John. *The Sinews of Power: War, Money and the English State, 1688-1783*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

suas obrigações financeiras. É por isso que os governos têm uma vantagem sobre as empresas privadas, e geralmente conseguem obter empréstimos a taxas de juros favoráveis. Mais importante, do ponto de vista de Shelley, assim que as opulentas partes interessadas começaram a emprestar grandes quantias para o governo britânico, ficaram presas à sorte do governo. Dificilmente trabalhariam para derubar um governo altamente endividado com eles, fonte importante de sua renda constante e segura³⁶. Assim, como ressalta Shelley, os aristocratas latifundiários que criaram e dominaram o regime britânico do século XVIII gradualmente sedimentaram apoio para o seu domínio a partir dos interesses financeiros na cidade de Londres através do novo sistema de crédito público.

Shelley esclarece seu leitor sobre o que realmente atua na situação complicada e confusa da dívida nacional:

O fato é que a dívida nacional não é uma dívida contraída pela nação como um todo para uma parte dela, mas sim uma dívida contraída por toda a massa das classes privilegiadas para uma parte específica dessas classes [...]. Assim como é, os juros são pagos na maior parte por aqueles que não se envolveram no empréstimo, e que, em outros aspectos, são vítimas das consequências dessas transações em que o dinheiro foi gasto. O pagamento da parcela principal do que se denomina dívida nacional, que se finge ser um problema tão difícil, só é difícil para aqueles que não veem quem é o credor e quem é o devedor, e quem são as miseráveis vítimas de quem ambos extorquem impostos que, sob a forma de juros são doados pelos [segundos] e aceitos pelos [primeiros].³⁷

Shelley expõe o golpe armado pelo governo britânico que tem servido como mo-

delo para todos os governos desde então. Os poderes dominantes na Inglaterra obtinham o dinheiro de que precisavam para financiar seus empreendimentos, principalmente a guerra. Os interesses dos abonados encontraram uma maneira rentável e segura de tratar os empréstimos, com um fluxo constante praticamente garantido de renda de juros. E tudo isso era pago pela maior parte dos ingleses honestos, trabalhadores, quer sob a forma de impostos diretos, ou sob a forma indireta de um imposto inflacionário toda vez que a dívida do governo era monetizada, aumentando, assim, a moeda em circulação e aumentando os preços. Como Shelley indica, este sistema só funcionou porque as partes interessadas conseguiram esconder da população a realidade do que acontecia. Os meandros do sistema bancário mistificavam o público e obscureciam a verdade sobre a dívida nacional. O objetivo de Shelley em *A Philosophical View of Reform* era desmistificar o sistema de finanças públicas na Inglaterra e revelá-lo como era — um enorme esquema para fraudar o povo inglês, para fazer os pobres pagarem o serviço da dívida dos ricos³⁸.

Aqueles que ainda querem acreditar em um Shelley protosocialista podem usar o fato de que ele emprega a retórica de ricos contra pobres, como se a luta de classes estivesse no centro de sua doutrina econômica. Mas, infelizmente para qualquer apropriação marxista de Shelley, quando ele fala de “ricos”, ele não se refere ao termo usado pelos marxistas. Na verdade, Shelley tem o cuidado de explicar o alcance restrito do termo em seu vocabulário:

Quando menciono gente de posse não me refiro a todos os homens que têm qualquer título de propriedade; refiro-me aos ricos.

³⁶ David Hume expressa essa opinião em seu importante ensaio “Of Public Credit” [Do Crédito Público]. Ver: HUME. *Essays*. p. 359-60. [N. do T.: Em língua portuguesa, ver: HUME. Do Crédito Público. In: *Ensaíos*. p. 521-42].

³⁷ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 35-36.

³⁸ Shelley aprendeu com Cobbett a necessidade de tal desmistificação. Ver: COBBETT. *Paper Against Gold*, p. 8-9. Ver, especialmente, a seguinte passagem.

Poder-se-ia realmente supor que a crença geral era que os Diretores do Banco eram os deuses do país, que eram a Fonte de nosso sustento, talvez, de fato, os nossos Criadores, que o ar que nos chegava às narinas emanava deles e que neles e através deles vivíamos, nos movimentávamos e mergulhávamos o nosso ser (COBBETT. *Paper Against Gold*, p. 421).

Todo homem cujo espaço de ação na sociedade tenha uma utilidade plebeia e inteligível, cujas atuações pessoais lhe sejam mais valiosas do que o seu capital, todos os comerciantes que não sejam monopolistas, todos os cirurgiões e médicos e todos os mecânicos, editores e literatos, artistas, agricultores, todas as pessoas cujos lucros derivem do exercício honrado e honesto de habilidade e sabedoria ou de abundância mais pujante do que do uso de dinheiro para tirar proveito da necessidade da fome de seus concidadãos para lucro, todos esses são os que, junto com aqueles mais obviamente identificados pelas classes trabalhadoras, pagam os juros da dívida nacional. Insistir no pagamento do principal da dívida é do interesse de todas essas pessoas, e também do interesse dos pobres³⁹.

Esta passagem é crucial para a compreensão do que é peculiar na formulação dos problemas econômicos da Inglaterra de Shelley. Ele não categoriza os conflitos de classe na Inglaterra nos termos em que Marx e seus seguidores logo fariam. Shelley não pensa em termos de uma forte oposição entre a burguesia e o proletariado; não é essa a definição que ele dá para rico versus pobre. Na verdade, Shelley argumenta que uma grande parte da classe média deveria aliar-se à classe trabalhadora para a questão da dívida nacional; ambos estão sendo explorados pela aristocracia aliada a uma pequena parcela da classe média.

O argumento de Shelley gira em torno da diferença entre dois subconjuntos, por assim dizer, da classe média. Ele faz uma distinção entre aqueles que são, de fato, clientes do governo – os que se beneficiam financeiramente dessa operação – e aqueles que, por meio de impostos e outras formas de apropriação do governo, são perdedores líquidos dentro do sistema. Essa última categoria inclui a maioria do que poderíamos denominar profissionais de classe média – médicos, por exemplo –, mas também inclui os empresários que não são beneficiários da interferência do governo

no mercado livre, ou seja, “todo comerciante que não seja monopolista”. Para Shelley, o que define esse subconjunto da classe média é que a contribuição de seus participantes para a economia não tem nada a ver com o governo (ou seja, o que Shelley denomina “utilidade plebeia e lúcida”).

O outro subconjunto da classe média é constituído por todos os profissionais que surgiram aliados ao novo sistema de finanças públicas – os banqueiros, os negociantes de títulos, os corretores de ações –, uma nova categoria de homens que se tornou dependente do governo para enriquecer. Shelley tem tanto desprezo por todos os que auferem riqueza do serviço aos poderes dominantes na Inglaterra que insiste em denominá-los aristocratas⁴⁰. Da maneira como formula a questão, a Inglaterra está agora sobrecarregada por duas aristocracias: a antiga, que consiste principalmente dos grandes proprietários de terras e famílias de comerciantes de longa data, e uma nova, composta de todos os satélites e parasitas do sistema de finanças públicas⁴¹. E para Shelley, essa nova aristocracia é pior do que a antiga, já que é mesquinha e avarenta enquanto a antiga tinha, pelo menos, certa nobreza e grandeza de visão⁴²:

A outra é uma aristocracia de representantes e coletores de impostos e diretores e pensionistas do governo, agiotas, especuladores de ações, banqueiros do país [...]. Trata-se de um conjunto de miseráveis acobertados em empregos em que não há forma nenhuma

⁴⁰ Sobre o status da nova espécie de profissionais da área financeira, especialmente os corretores de ações, ver: HALÉVY. *History of the English People*. p. 314-16. O próprio Élie Halévy refere-se a eles como “aristocratas” (Idem. *Ibidem.*, p. 299, 314).

⁴¹ Kenneth Cameron afirma que Shelley tirou a ideia das duas aristocracias de Cobbett (CAMERON. Shelley, Cobbett, and the National Debt. p. 201-02); mas, como o próprio Cameron admite, a análise de Shelley sobre a situação é consideravelmente mais complexa e sutil que a de Cobbett (Idem. *Ibidem.*, p. 209).

⁴² David Hume apresenta uma análise semelhante sobre a ignomínia da nova classe de profissionais da área financeira em seu já citado ensaio “Of Public Credit”. Ver: HUME. *Essays*. p. 363.

³⁹ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 36-37.

de exercitar [...] as grandes faculdades do espírito. Embora no fundo seja tudo truque, há algo verdadeiro e magnífico no desdém cavalheiresco da infâmia associada a um cavaleiro [...]. Mas, nos hábitos e vidas dessa nova aristocracia criada a partir do aumento [de] calamidades públicas [...] não há nada para modificar nossa desaprovação. Eles comem e bebem e dormem, e no intervalo [...] bajulam e mentem⁴³.

Shelley caracteriza negativamente o segmento da classe média que se desenvolveu para fazer funcionar o sistema de financiamento público, os profissionais que passaram a ter interesse em ver crescer a dívida nacional (através da qual, na verdade, ganhavam a vida) e aqueles que, portanto, queriam ver as atividades do governo expandirem-se de forma geral⁴⁴. Shelley mostra assim como os poderes dominantes na Inglaterra forjaram uma aliança com um segmento da classe média em ascensão:

A aristocracia hereditária que detinha a gestão política dos assuntos tomou as medidas que criaram essa outra [aristocracia] para

fins que atendiam de forma peculiar a seus próprios interesses⁴⁵.

A maneira sutil pela qual Shelley distingue entre elementos da classe média constitui um bom alerta contra a aplicação de terminologia ou análise marxista a autores de forma indiscriminada, especialmente a autores que escreveram antes de Marx⁴⁶. Toda vez que alguém defende os pobres contra os ricos, surge a tentação de classificá-lo como socialista. Mas o caso de Shelley nos lembra que existe mais de uma maneira de defender os pobres ou atacar os ricos. De fato, como vimos, Shelley refere-se a algo bem distinto, até mesmo idiossincrático, quando usa o termo “rico”. Para Shelley, a forma como se aúfere a própria riqueza é de vital importância. Ele só define como “rico” aquele cuja riqueza é o resultado de privilégio político, quer seja com base em herança aristocrática ou em doações de monopólio do governo. Shelley não se opõe à riqueza quando vem da operação independente do mercado livre, quando resulta de trabalho árduo ou de espírito empreendedor. Nesse sentido, seu radicalismo novamente se assemelha ao dos primeiros defensores britânicos do mercado livre, como Adam Smith. Shelley defende os pobres não contra os capitalistas, mas sim contra os mercantilistas, ou seja, contra empresários que estão em conluio com o governo para lesar e explorar tanto os pobres quanto uma grande parcela da classe média.

⁴³ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 28-29.

⁴⁴ O único aspecto aparentemente “marxista” do ensaio de Shelley é a sua tendência para explicar as opiniões das pessoas em termos de seus interesses econômicos subjacentes. No entanto, em última análise, Shelley não é marxista porque não aplica este princípio mecanicamente. Em outra passagem que os editores Ingpen e Peck relegam a anotações, Shelley nega explicitamente o princípio marxista segundo o qual os interesses econômicos determinam estritamente opiniões políticas:

Não se afirma que toda pessoa cujo interesse esteja direta ou indiretamente centrado na manutenção das coisas como são, seja, portanto, necessariamente interessada. Há indivíduos que podem ser juízes justos até mesmo contra si próprios, e pelo estudo e autoexame estabeleceram um tribunal austero dentro de si próprios, o qual admite recursos cujos princípios exigem a vantagem da maioria (Idem. *Ibidem.*, p. 336).

Terence Hoagwood inexplicavelmente oferece esta passagem como um exemplo de pensamento marxista de Shelley, como se o marxismo permitisse aos indivíduos dentro de uma classe ficar isentos de consciência de classe (HOAGWOOD. *Skepticism and Ideology*. p. 85-86).

⁴⁵ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 29.

⁴⁶ Em uma leitura detalhada de *A Philosophical View of Reform*, Hoagwood discute o trabalho em termos de “luta de classes”, e no processo revela as armadilhas de visão do trabalho através das lentes do marxismo. Sem conhecer a história econômica que Shelley está analisando, Hoagwood confunde a questão geral da depreciação da moeda com a questão especificamente marxista de capital excedente. Como um político referindo-se a gastos do governo como “investimento”, ele aparentemente não entende a diferença entre “investimento de capital” e “a dívida nacional” (Ver: HOAGWOOD. *Skepticism and Ideology*. p. 184).

IV

Quando Shelley lida com a questão da igualdade de propriedade, chega a conclusões que estão longe de serem socialistas. Ele não considera a igualdade de riqueza como ideal, mas também insiste que as tentativas políticas para conquistar essa igualdade são mal orientadas, pelo menos sob as condições atuais. Assim, mesmo quando Shelley parece mais socialista, repudia explicitamente as políticas econômicas socialistas:

O vasto princípio da reforma política é a igualdade natural dos homens, não em relação a suas propriedades, mas a seus direitos. Essa igualdade de posses que Jesus Cristo ensinou tão apaixonadamente é uma verdade moral e não uma verdade política e é tal que as instituições sociais não podem, sem má fé, assegurar de forma inflexível [...]. A igualdade em posses deve ser o último resultado do refinamento mais completo da civilização; é uma das condições desse sistema da sociedade, em direção ao qual é nosso dever caminhar, seja qual for a esperança de sucesso final. Podemos e devemos nos remeter a ele como se fosse o princípio fundamental, o objetivo talvez inatingível para nós, mas que, por assim dizer, renovamos como meta a cumprir em nossa posteridade [...]. Mas a nossa questão atual é com os fatos difíceis e inflexíveis da vida real, e quando buscamos inspiração no grande objeto da nossa esperança, essa se transforma em paciência e resolução para aplicarmos-nos à acomodação de nossas teorias à prática imediata⁴⁷.

Shelley apresenta igualdade de riqueza como um princípio puramente utópico. É um ideal que podemos ter como objetivo último, mas sensatamente não podemos esperar atingi-lo, certamente não sob as condições atuais, e possivelmente nunca. Tudo que Shelley está disposto a apoiar é o princípio político da igualdade de direitos, razão pela qual ele defende que a reforma parlamentar estenda o direito a voto. Mas não está disposto a pro-

mover o princípio da igualdade econômica, e afirma explicitamente que qualquer tentativa de realizá-lo por meios políticos teria consequências perniciosas. Essa passagem ajuda a explicar a relação da poesia de Shelley com as declarações de seus princípios, em prosa. Obras como *Prometheus Unbound* permitem-lhe apresentar a visão ideal e utópica de que ele fala aqui, a imagem de uma sociedade sem classes, baseada na igualdade política e econômica. Mas para Shelley, uma visão tão poética não é um plano de ação política concreta; é apenas uma inspiração para trabalhar com o intuito de melhorar a condição humana de forma muito mais prática e limitada. A poesia de Shelley nos inspira a melhorar a vida; as obras em prosa, como *A Philosophical View of Reform*, mostram-nos como isso de fato pode ser feito⁴⁸.

Assim, quando Shelley analisa a questão da propriedade, defende a instituição em termos tirados da economia de livre mercado. Caracteristicamente, ele faz uma distinção entre os bens adquiridos como resultado da participação no mercado livre e propriedade obtida apenas como resultado da intervenção do governo no mercado. Shelley não tem nenhuma objeção à propriedade adquirida pelo esforço econômico honesto, quer seja o resultado do trabalho da classe operária ou do empreendedorismo da classe média⁴⁹:

O trabalho, a indústria, a economia, a habilidade, a genialidade, ou quaisquer poderes semelhantes exercidos de forma honrada e inocente são os fundamentos de uma descrição de propriedade, e todas as instituições

⁴⁸ Sobre esta questão, ver: McNIECE. *Shelley and the Revolutionary Idea*. p. 93-94, 265.

⁴⁹ Cobbett traz, pelo menos, uma visão mais generosa sobre o direito das classes média e alta à propriedade:

Médicos, párocos, advogados e outros de vocações mais nobres na vida trabalham, de fato, e é certo que deve haver pessoas com grandes propriedades, sem qualquer profissão; mas, então, você descobrirá que essas pessoas *não vivem de ganhos dos outros*: todos eles dão algo em troca pelo que recebem. Aqueles de profissões conquistadas pelo estudo emprestam o uso de seus talentos e habilidades, e os donos de terra entram com o *uso de suas terras ou de suas casas*. (COBBETT. *Paper Against Gold*. p. 34).

⁴⁷ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 42-43.

políticas verdadeiras deveriam defender todo homem no exercício de sua capacidade de julgamento no que diz respeito à propriedade assim adquirida. É deste tipo a parte principal da propriedade usufruída por aqueles que estão a apenas um grau de distância da classe que subsiste através do trabalho diário⁵⁰.

Mais uma vez, Shelley afirma que a classe operária e a parte diligente da classe média compartilham interesses comuns, dessa vez na manutenção dos direitos à propriedade e ao gozo dos frutos de seus esforços. Shelley não gosta da ideia de que este direito incluía o direito de herança, porque contempla a propriedade a gente com que não a conquistou através de seu próprio empenho. Porém, no final, ele está disposto a defender, até mesmo esse direito:

Os homens deixam para seus filhos a propriedade assim adquirida. O direito absoluto fica enfraquecido por descendência, [...] porque é só para evitar o mal maior de interferir arbitrariamente na capacidade de julgamento de qualquer homem em questões de propriedade que se admite o grande mal de reconhecer a qualquer pessoa o direito exclusivo de propriedade que não tenha sido conquistada através de sua habilidade ou trabalho⁵¹.

É possível opor-se à maneira pela qual o direito de propriedade distribui riqueza em um mercado livre, mas, antes de interferir nesse sistema, deve-se considerar cuidadosamente se qualquer sistema alternativo vai distribuir a riqueza de forma mais justa. Na verdade, tão arbitraria quanto possa parecer a distribuição da riqueza no mercado livre, Shelley sugere que se permitir que haja substituição do julgamento do mercado pelo julgamento de uma autoridade política só vai resultar em maior arbitrariedade e injustiça⁵².

Assim, Shelley está disposto a assumir os riscos junto com o livre mercado. Ele percebe que o direito de adquirir a propriedade em um livre mercado está inseparavelmente ligado ao direito de perdê-la. Se os herdeiros da gente trabalhadora não forem diligentes eles próprios, a riqueza herdada logo passará para as mãos de outros que são mais esforçados:

O privilégio de dispor de propriedade por testamento [...] exercido apenas por aqueles que a adquiriram pelo trabalho ou que a tenham preservado pela economia, nunca produziria grandes desigualdades e injustiças da sorte. Mil casos tenderiam a estabilizar para sempre o número de casos, e os signos de propriedade retornariam sempre àqueles cuja habilidade de merecimento pudesse atrair ou àqueles cujo trabalho pudesse gerá-la⁵³.

Shelley não poderia estar aqui mais distante do marxismo ou de qualquer dogma socialista. Ele argumenta que o mercado livre

Mary Wollstonecraft (1759-1797) e pai da romancista Mary Shelley (1797-1851). Ver o Livro 8, intitulado "Of Property" [Da Propriedade], na seguinte obra: GODWIN, William. **Enquiry Concerning Political Justice**. Harmondsworth: Penguin Books, [1798] 1976. Ver, especialmente, as páginas 711 a 719 do capítulo 2, e a seguinte passagem:

Devemos, em todos os momentos, ser livre para cultivar a individualidade, e seguir os ditames do nosso próprio julgamento. Se houver qualquer coisa na ideia de igualdade que viole este princípio, é provável que a objeção deva ser conclusiva. Se o esquema for, como tem sido muitas vezes representado, um esquema de governo, de limitação e regulamentação, é, sem dúvida, frontalmente hostil aos princípios deste trabalho. Mas a verdade é que um sistema de igualdade não exige nenhuma restrição nem supervisão. Não há nenhuma necessidade de trabalho, refeições ou revistas comuns (Idem. *Ibidem.*, p. 755).

Esta advertência clara contra o que as políticas econômicas socialistas se transformaram é uma boa indicação de que, apesar da opinião de muitos historiadores intelectuais, Godwin não é mais merecedor de ser colocado no campo de protosocialistas do que o seu genro. Sobre a temática, afirma Michael Scrivener: "Se Shelley trata Marx superficialmente, Godwin faz o mesmo" (SCRIVENER. **Radical Shelley**. p. 36).

⁵³ SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 38.

⁵⁰ SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 37.

⁵¹ Idem. *Ibidem.*, p. 37.

⁵² Nesta argumentação, Shelley segue o ensinamento de seu sogro, o escritor anarquista inglês William Godwin (1756-1836), marido da escritora feminista inglesa

realmente funciona para equalizar a riqueza, e, acima de tudo, a direciona para os setores mais produtivos da economia⁵⁴.

Para Shelley, a única força que pode produzir grande desigualdade de riqueza é o governo. Assim, ele condena todos os direitos de propriedade conferidos unicamente pela intervenção do governo na economia. É a essa fonte, – e a essa fonte exclusivamente –, que ele remonta a origem de qualquer concentração substancial de riqueza:

Ou eram concessões dos soberanos feudais cujo direito ao que concediam fundamentava-se na sobre conquista ou na opressão, ambas a negação de todos os direitos; ou eram terras do antigo clero católico que, de acordo com os princípios mais reconhecidos da justiça pública revertiam para a nação ao serem encampadas, ou eram os produtos de patentes e monopólios, um exercício de soberania mais pernicioso que perpetrava violência direta aos interesses de uma nação comercial, ou em tempos posteriores, tendo tal propriedade sido acumulada através de astúcia desonrosa e estratagemas para tirar partido de uma fictícia moeda de papel para obter um poder injusto sobre o trabalho e frutos do trabalho⁵⁵.

Tendo analisado cuidadosamente as objeções ao direito de propriedade, Shelley, no final, sai de forma explícita a favor desse direito, com a condição que a propriedade resulte do funcionamento do mercado livre:

O trabalho e a habilidade e os salários imediatamente oriundos do trabalho e da habilidade é uma propriedade do direito mais sagrado e indiscutível, e a fundação de todas as outras propriedades. E o direito de um homem [à] propriedade no exercício de suas próprias faculdades corporais e mentais, ou ao seu produto e recompensa gratuita, pois esse exercício é o mais [inalienável de direitos]⁵⁶.

⁵⁴ Godwin mais uma vez apresenta o mesmo argumento, ver: GODWIN. *Political Justice*. p. 791-92.

⁵⁵ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 38-39. Mais uma vez, ver também: GODWIN. *Political Justice*. p. 719-20.

⁵⁶ SHELLEY. *A Philosophical View of Reform*. p. 39.

Esta defesa vigorosa do direito à propriedade privada deveria pôr fim ao mito de Shelley, o socialista⁵⁷.

V

Os críticos contemporâneos têm uma tendência a projetar questões contemporâneas em retrospectiva na história literária. No século XX, a grande questão econômica foi o socialismo versus o capitalismo. Assim, quando um crítico literário procura o posicionamento econômico de um autor antigo, muitas vezes, inconscientemente assume que vai ser socialista ou capitalista, e, em particular, supõe que ser economicamente progressista ou radical sempre significou a inclinação pelo socialismo. No entanto, mesmo em termos de sistema de Marx, esse entendimento deve ser considerado incorreto. Para Marx, houve um tempo em que o capitalismo foi a força *progressiva* na história, ou seja, quando funcionou para minar e derubar o feudalismo. É esse o espírito que vemos em todo o ensaio de Shelley. Para ele, o grande inimigo não é o capitalismo, mas sim o feudalismo e a sua encarnação final, o mercantilismo. Shelley argumenta que até onde foi eliminada a intervenção do governo na economia característica do feudalismo e mercantilismo, e as forças de livre mercado foram autorizadas a entrar em cena, o bem-estar da Inglaterra aumentou, e o fosso entre os ricos e os pobres começou a diminuir. Para Shelley, esse progresso foi frustrado apenas pela sobrevivência

⁵⁷ Não dever é um fato que, é claro, não significa que vai ser. Paul Foot consegue apresentar a abordagem de Shelley da questão da propriedade em *A Philosophical View of Reform* como um exemplo de seu pensamento socialista. Para isso, Foot tratou a análise de Shelley como “tosca e apressada” e, ao mesmo tempo, como “insegura”, com fortes insinuações que o poeta é simplesmente confuso. Em particular, Foot descreve a clara distinção que Shelley faz entre a propriedade ganha com trabalho e a ganha sem trabalho: “a linha divisória de Shelley entre as duas ficou vaga” (FOOT. *Red Shelley*. p. 94-95). Os preconceitos marxistas de Foot o cegam várias vezes para o significado literal da prosa de Shelley.

mercantilista no sistema financeiro britânico, e, acima de tudo, pela manipulação que o governo fez da moeda.

A leitura de *A Philosophical View of Reform* de Shelley deve, assim, obrigar-nos a repensar a visão comum segundo a qual os poetas românticos ingleses eram de esquerda segundo a compreensão contemporânea do termo. Claro, não gostaria de concluir muito de um único ensaio de um único autor; Shelley não fala por todos os românticos em qualquer uma de suas obras, e certamente não o faria em *A Philosophical View of Reform*. Não se pode concluir a partir desta obra que todos os românticos apoiavam o mercado livre. No entanto, o ensaio de Shelley oferece um caso experimental importante. Ele é geralmente considerado o romântico inglês mais politicamente comprometido, aquele com os pontos de vista econômicos mais radicais. Quanto *A Philosophical View of Reform*, com a possível exceção de algumas das obras em prosa de Samuel Taylor Coleridge (1772-1834), é o ensaio mais significativo e substancial em assuntos econômicos produzidos por qualquer um dos românticos ingleses⁵⁸. Assim, não se pode facilmente descartar o que vimos no ensaio de Shelley. Embora não nos permita generalizar sobre o que todos os românticos acreditavam, efetivamente rebate a generalização de que todos os românticos eram anticapitalistas e protossocialistas. Demonstra de forma conclusiva que, para pelo menos um romântico, defender a liberdade significava apoiar o livre

mercado e o direito à propriedade, enquanto condenava a intervenção do governo na economia. Na época em que Shelley viveu, o capitalismo era a força progressista (até mesmo de acordo com a visão marxista da história), e ele a defendeu apaixonadamente⁵⁹.

Mas eu não gostaria de deixar a impressão de que o argumento de Shelley é algo historicamente contingente ou limitado pelos horizontes da sua época. Shelley apresenta um argumento poderoso em prol do direito à propriedade sob quaisquer circunstâncias históricas, e sua análise sobre os efeitos negativos do financiamento do déficit, monetização da dívida, papel-moeda e políticas inflacionárias do governo continua a ser válido, e foi confirmado pela história econômica subsequente e desenvolvimentos na teoria econômica posterior, como a teoria austríaca de moeda, crédito, e o ciclo econômico. Talvez o aspecto mais interessante e duradouro da argumentação de Shelley seja a distinção entre dois grupos dentro da classe média, aqueles que fazem a sua vida independente do governo e aqueles que são crucialmente dependentes dele para sua subsistência. Com esta análise, Shelley faz uma contribuição importante para a nossa compreensão de por que os governos foram capazes de exercer controle ameaçador e odioso sobre a economia, mesmo na suposta era econômica do *laissez-faire*.

De modo mais geral, Shelley mostra como as forças do feudalismo e mercantilismo foram capazes de sobreviver na era do capitalismo, escondendo-se por trás do sistema bancário e financeiro. Uma das grandes falhas da economia clássica foi a sua incapacidade de compreender os fenômenos relacionados a dinheiro e bancos. Shelley não oferece essa explicação, mas pelo menos apreende o fato de que o sistema financeiro britânico não era o produto da evolução do mercado livre, mas foi sim fortemente influenciada pela intervenção do governo. Mesmo no

⁵⁸ Terence Hoagwood denomina *A Philosophical View of Reform* "um dos documentos mais avançadas e sofisticadas da filosofia política no século XIX" (HOAGWOOD. **Skepticism and Ideology** p.209). Foot diz que "classifica-se em estilo e em conteúdo no mesmo patamar dos panfletos radicais mais famosos de nossa história", incluindo "os de Jeremy Bentham (1748-1832) ou Robert Owen (1771-1858) ou Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895)" (FOOT. **Red Shelley**. p. 10-11). William G. Rowland, Jr. chama o ensaio de "o tratado político mais firme e impressionante escrito por um poeta romântico" (ROWLAND, JR., William G. **Literature and the Marketplace: Romantic Writers and Their Audiences in Great Britain and the United States**. Lincoln: University of Nebraska Press, 1996. p. 89).

⁵⁹ Scrivener argumenta que, no início do século XIX, o capitalismo *laissez-faire* "era uma posição progressista, antiaristocrática" (SCRIVENER. **Radical Shelley**. p. 9).

auge da era do capitalismo chamada *laissez-faire*, a Inglaterra não tinha sistema bancário livre, mas na verdade, um banco central, com tudo que tal instituição implica para o controle governamental da moeda e das finanças.

Assim, ao criticar o sistema financeiro britânico, Shelley não condena o capitalismo, mas, ao invés disso, uma sobrevivência mercantilista dentro da era capitalista, na verdade, o maior de todos os monopólios autorizados, o Banco da Inglaterra⁶⁰. Aqui reside o principal valor do ensaio de Shelley para a nossa compreensão da história econômica e reflexão literária dessa história. Ele mostra que o alinhamento de forças econômicas no início do século XIX não podia ser polarizada de forma simples como pressupõem o pensamento marxista e de outros vieses socialistas, e especialmente, que a burguesia não constituía uma classe homogênea com um interesse econômico unificado e, em termos marxistas, com uma ideologia unificada. Shelley analisa com perspicácia a forma como a velha aristocracia na Inglaterra, a fim de manter o seu poder, jogou uma parte da classe média contra a outra, dividindo efetivamente a burguesia ao dar um elemento seu razão para continuar a apoiar o poder do Estado. Um olhar sobre as legiões de profissionais de classe média empregados pelos vastos estados burocráticos de hoje nos lembra de que a análise de Shelley é, no mínimo, ainda mais válida no nosso mundo. Às vezes, os poetas têm algo a ensinar aos economistas. ∞

⁶⁰ Em outra passagem entre colchetes, que os editores Ingpen e Peck incluem em suas anotações, Shelley escreve: “as atuais adversidades de nosso país não são necessariamente nem um pouco inerentes ao estágio de civilização a que chegamos” (SHELLEY. **A Philosophical View of Reform**. p. 338). Para Shelley, o problema não é que a Inglaterra tenha se tornado capitalista, mas que não tenha se tornado inteiramente capitalista, isto é, os elementos do sistema mercantilista ainda estão instalados. Como nos recorda a análise de Shelley, o capitalismo é muitas vezes acusado precisamente pelos resultados de políticas governamentais anticapitalistas.